

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FLAVIA MOREIRA PINTO

CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) E A EQUIPE
VOLANTE PARA O TRABALHO ITINERANTE: UMA PROPOSTA PARA A GESTÃO
DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.

PARANAGUA

2016

FLAVIA MOREIRA PINTO

CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) E A EQUIPE
VOLANTE PARA O TRABALHO ITINERANTE: UMA PROPOSTA PARA A GESTÃO
DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.

Trabalho apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de especialista no curso Gestão
em Saúde, da Universidade Aberta (UAB), do
Programa Nacional de Formação em
Administração Pública (PNAP), da Universidade
Federal do Paraná (UFPR).

Orientadora: Ms. Cristhiane Aparecida Mariot
Diniz.

PARANAGUÁ

2016

TERMO DE APROVAÇÃO

FLAVIA MOREIRA PINTO

CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) E A EQUIPE
VOLANTE PARA O TRABALHO ITINERANTE: UMA PROPOSTA PARA A GESTÃO
DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em
Saúde no curso de Especialização em Gestão em Saúde, pela seguinte banca
examinadora:

Paulo de Oliveira Perna

Suzane E. Betioli

Paranaguá, 09 de abril de 2016.

RESUMO

As mudanças no campo das políticas públicas no Brasil nos últimos tempos incidiram na criação de políticas sociais dispostas a atender determinados segmentos da sociedade. A assistência social enquanto política pública ganhou maior visibilidade nos últimos 10 anos através da Política Nacional de Assistência Social- PNAS, que visa prestar proteção social de forma organizada e regulada no território nacional e também materializando o que já havia sido tratado nos marcos legais tais como; a Constituição Federal e a Lei Orgânica de Assistência Social. Considerando as prerrogativas da PNAS, é de suma importância criar estratégias que possibilitem o acesso dos usuários à assistência social. Portanto, a proposta deste projeto busca apresentar o trabalho do CRAS como equipamento da dentro da Proteção Social Básica, bem como, conhecer sua demanda para a ampliação de equipe volante para desenvolvimento das atividades na modalidade itinerante, assim atendendo as peculiaridades geográficas, culturais e sociais existentes no município de Paranaguá, bem como, oportunizando o direito e o acesso à política pública de assistência social para as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou residam em regiões e áreas de difícil acesso e/ ou espalhamento geográfico. A metodologia utilizada para construção do projeto de intervenção proposto é de natureza qualitativa, através de revisão bibliográfica, análise documental, associada à vivência profissional, observação e mediação. No presente trabalho tratamos de forma breve os principais conceitos e legislações que regem a assistência social no país, sobretudo com referência a implantação de equipe volante para modalidade de CRAS Itinerante no município de Paranaguá. Esperamos que a inserção de equipe volante junto aos equipamentos da proteção social básica no município venha agregar o trabalho social preventivo a que se destinam os CRAS, bem como, aproximar e levar os serviços socioassistenciais às famílias e, sobretudo, que estas tenham suas histórias de vida, seu modo de viver, suas vivências e seus territórios respeitados.

Palavras-chaves: Assistência Social; Proteção Social Básica; Equipes Volantes.

ABSTRACT

The changes in the field of the public politics in Brazil in the last times happened in the creation of you politicize social disposed to assist certain segments of the society. The social attendance while it politicizes public won larger visibility in the last 10 years through it Politicizes her National of Social Attendance - PNAS, that seeks to render social protection in an organized way and regulated in the national territory and also materializing what had already been treated in legal marks as the Federal Constitution and the Organic act of Social Attendance. Considering the prerogatives of PNAS, it is of addition importance to create strategies that make possible the access of the users to the social attendance. Therefore, the proposal of this project search to present the work of CRAS as equipment of the inside of the Basic Social Protection, as well as, to know his/her demand for the enlargement of team steering wheel for development of the activities in the itinerant modality, like this assisting the peculiarities geographical, cultural and social existent in the municipal district of Paranaguá, as well as, oportunizando the right and the access to the public politics of social attendance for the families that are in vulnerability situation and/or they live in areas and areas of difficult access and / or geographical dispersal. The methodology used for construction of the intervention project proposed is of qualitative nature, through bibliographical revision, documental analysis, associated to the professional existence, observation and mediation. In the present work we treated in a brief way the main concepts and legislations that govern the social attendance in the country, above all with reference the implantation of team steering wheel for modality of Itinerant CRAS in the municipal district of Paranaguá. We waited that the insert of team steering wheel close to the equipments of the basic social protection in the municipal district come to join the preventive social work the one that are destined CRAS, as well as, to approximate and to take the services socioassistenciais to the families and, above all, that these have their life histories, his/her way of living, their existences and their respected territories.

Keywords: Social Attendance; Basic Social Protection; Teams Steering wheels.

LISTA DE SIGLAS

BSM- Brasil sem Miséria

CF- Constituição Federal

CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social

CREAS- Centro de Referência Especializado em Assistência Social

IGD- Índice de Gestão Descentralizada

LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social

NOB- Norma Operacional Básica

NOBSUAS- Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

NOBSUAS-RH- Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
– Recursos Humanos

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

PSB- Proteção Social Básica

PSE- Proteção Social Especial

SEMAS- Secretaria Municipal de Assistência Social

SUAS- Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 7 |
| 1.1 APRESENTAÇÃO /PROBLEMATIZAÇÃO..... | 7 |
| 1.2 OBJETIVO GERAL DO TRABALHO..... | 11 |
| 1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS..... | 11 |
| 1.4 JUSTIFICATIVAS DO OBJETIVO..... | 12 |
| 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA..... | 13 |
| 2.1 POLITICAS PUBLICAS E A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL..... | 13 |
| 2.1.1 Política Nacional de Assistência Social..... | 14 |
| 2.1.2 Plano Brasil sem Miséria | 17 |
| 2.2 SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 19 |
| 2.3 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL..... | 20 |
| 3 DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA..... | 22 |
| 3.1 DESCRIÇÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO..... | 22 |
| 3.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PROBLEMA | 24 |
| 4 PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA..... | 27 |
| 4.1 PROPOSTA TÉCNICA..... | 27 |
| 4.1.1 Plano de implantação..... | 29 |
| 4.1.2 Recursos | 30 |
| 4.1.3 Resultados esperados..... | 31 |
| 4.1.4 Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo corretivas..... | 32 |
| 5 CONCLUSÃO | 33 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS | 34 |

1 INTRODUÇÃO

As mudanças no campo das políticas públicas no Brasil nos últimos tempos incidiram na criação de políticas sociais dispostas a atender determinados segmentos da sociedade, tendo ganhado a área da assistência social maior visibilidade nos últimos 10 anos. Atualmente a assistência social, através da Política Nacional de Assistência Social- PNAS busca prestar a proteção social de forma organizada e regulada a nível nacional. Nesse sentido, cabe aos atores sociais envolvidos alavancar estratégias que venham de encontro às necessidades surgidas considerando as normativas que regem a PNAS. Portanto, a proposta deste projeto busca apresentar o trabalho do CRAS dentro da Proteção Social Básica-PSB, bem como, conhecer sua demanda para a ampliação de equipe volante para desenvolvimento das atividades na modalidade de CRAS Itinerante.

1.1 APRESENTAÇÃO /PROBLEMATIZAÇÃO

Desde a consolidação da Constituição Federal de 1988 a Política da Assistência Social vem ganhando maior notoriedade. Assim traz em seu arcabouço a concepção de garantia e ampliação dos direitos sociais para quem dela precisar sendo este um papel do Estado.

Segundo, Couto (2006), através da CF o campo da assistência social é inserido como uma política social, pois aproxima uma população até então afastada de seus direitos sociais ao campo assistencial de forma que esta passa a prover meios para o enfretamento das situações decorrentes das mais variadas questões reconhecendo o papel primordial do Estado.

Em 1993, outro avanço importante para a Política da Assistência é a regulamentação da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, esta reforça o papel do Estado enquanto garantidor de direitos traz os princípios e diretrizes norteadoras,

as devidas competências aos entes federados bem como organiza os projetos, programas e benefícios assistenciais.

É importante ressaltar que a construção histórica da política da assistência social no Brasil ocorre dentro de uma sociedade capitalista onde se estabelecem as mais diversas contradições sociais é imerso neste contexto social que em 2004 após mais de 10 anos da LOAS, que se efetiva a Política Nacional de Assistência Social _PNAS. A PNAS é um marco legal de extrema relevância dentro do campo da assistência social brasileira, tendo em vista a organização e notoriedade desta política, a qual tem deixando para trás o caráter meramente assistencialista, em busca da efetivação da garantia de direitos.

Com o advento da PNAS em 2004 se efetivou e consolidou o Sistema Único de Assistência Social – (SUAS), este criado em 2005, o qual amplia e organiza a Assistência Social a nível nacional através de um conjunto integrado de serviços, programas, projetos e benefícios. (BRASIL, 2005).

Em cumprimento as diretrizes da Constituição de 1988 e da lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei n. 8742/1993), o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, este segundo textos da Gestão do Trabalho no Âmbito do SUAS, estabelece um novo marco regulatório que propaga a constituição do conteúdo específico desta política pública, desencadeando e dinamizando processos de democratização e de qualificação do acesso aos direitos sociais. (BRASIL, 2011).

Através do Sistema Único de Assistência Social – SUAS se configura uma nova organização dentro do campo da proteção social se estruturando em dois níveis, sendo eles; Proteção Social Básica (PSB) que atua na prevenção através dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e a Proteção Social Especial (PSE) que atua quando há o rompimento dos vínculos familiares e situação da violação de direitos sendo executada através dos equipamentos de média e alta complexidade.

Ainda, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais a Proteção Social Básica através dos Centros de Referência de Assistência Social, CRAS, tem como objetivos a prevenção das situações de risco por meio do

desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários o qual tem como público alvo a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (BRASIL, 2009).

É dentro deste contexto apresentado que idealizamos a presente proposta para instalar equipes volantes para efetuar as atividades de itinerância no município de Paranaguá, considerando a questão da territorialidade, sendo este um dos eixos capilares para o atendimento dentro desses equipamentos. Nesse sentido, conforme trazido pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, podemos pontuar a necessidade de identificar os territórios de espalhamento populacional e baixa densidade demográfica sendo elas consideradas (áreas rurais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, ilhéus, dentre outros) que possam ser identificados dentro do município referido, sobretudo oportunizando o acesso aos direitos socioassistenciais. Ainda, é importante ressaltar que “o atendimento às famílias residentes em territórios de baixa densidade demográfica, em situação de espalhamento ou dispersão geográfica pode ser realizado por meio do estabelecimento de equipes volantes ou mediante a implantação de unidades de CRAS Itinerantes”. (BRASIL, 2009, p.7).

O município de Paranaguá está localizado no litoral do Estado do Paraná, se caracteriza como um município circundado por comunidades insulares, ribeirinhas, indígenas, rurais, entre outros. Segundo Diagnóstico da Prefeitura Municipal de Paranaguá realizado em maio de 2009 há cerca de trinta ilhas que compõe a baía de Paranaguá, destacando-se: Ilha da Europinha, Ilha das Cobras, Ilha das Peças, Ilha de Piaçaguera, Ilha de São Miguel, Ilha do Amparo, Ilha do Mel, Ilha do Teixeira, Ilha dos Valadares, Ilha Eufrasina, Ilha Ponta do Ubá, Ilha Rasa da Cotinga além das comunidades de área rural estando entre elas, Rio das Pedras, Colônia Maria Luiza, Colônia Pereira, Floresta, Alexandra, dentre outras. As características geográficas e peculiares do município por si só justificariam a existência de equipe volante para

desenvolver o atendimento necessário às famílias de acordo com o que está preconizado através das legislações vigentes da área.

Atualmente, no município de Paranaguá existem apenas quatro equipamentos de CRAS destinados a realizar o atendimento dentro da Proteção Social Básica. Sendo a territorialidade um dos eixos capilares para o atendimento nos CRAS, esses equipamentos atuam dentro de sua área de abrangência, assim alguns desses equipamentos absorveram em seus territórios de atendimento áreas de difícil acesso e/ou de características peculiares como comunidades indígenas, ilhéus, ribeirinhos e comunidades rurais. Entretanto, à distância e dificuldade para o deslocamento prejudicam as duas principais formas de acesso a este serviço sendo elas; a busca ativa, ou seja, quando a equipe se desloca para atender determinadas comunidades e /ou a procura espontânea, quando o usuário procura os serviços oferecidos pelo CRAS em sua unidade. Ainda, ressaltamos que a NOB SUAS- Norma Operacional Básica Sistema Único de Assistência Social, prevê equipes mínimas para atender tais equipamentos, entretanto ainda precisamos avançar quanto à complementação de tais equipes sendo este um dos entraves atuais para o atendimento qualificado. (BRASIL, 2006).

Como servidora pública e trabalhadora da área existem alguns questionamentos que nos motivam a realizar esse trabalho. Estariam as famílias residentes em áreas longínquas recebendo o atendimento previsto por essa política em nosso município? Estariam essas famílias sendo reconhecidas em suas questões sociais, culturais e geográficas? As equipes que hoje compõem a Proteção Social Básica são suficientes e qualificadas para atender a esta demanda específica?

Portanto, se a política da assistência social trabalha na perspectiva da garantia de direitos se torna imprescindível oportunizarmos o “direito ao acesso” ao maior número possível de famílias considerando suas peculiaridades.

Conforme orientações sobre a Gestão do Trabalho no Âmbito do SUAS, “o processo de materialização do SUAS apresenta-se como um desafio em busca de estruturar-se dentro da oferta de serviços, benefícios e gestão do SUAS, sendo relevante refletir em busca de uma política pública efetiva que possa resistir às

mudanças governamentais nas diversas instâncias bem como romper com a visão tradicional nas gestões”. (BRASIL, 2009, p.74).

Nesse contexto, precisamos avançar e enfrentar tais desafios em busca de ações efetivas e com eficácia, tendo como primazia a centralidade na família, mas sem esquecer o aspecto territorial, espaço este de construção de identidades. Sendo assim, equipes volantes para realizar as atividades de CRAS Itinerante seria uma estratégia para garantir o atendimento às famílias acolhendo as suas especificidades.

1.2 OBJETIVO GERAL DO TRABALHO

Apresentar uma proposta para ampliação da equipe volante junto ao CRAS para executar as atividades na modalidade de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Itinerante, assim atendendo as peculiaridades geográficas, culturais e sociais existentes no município de Paranaguá bem como oportunizando o direito e o acesso à política pública de assistência social para as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou residam em regiões e áreas de difícil acesso e/ ou espalhamento geográfico.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Conhecer a demanda para a inserção de equipe volante para atividade de CRAS Itinerante no município de Paranaguá;
- ✓ Apresentar o funcionamento dos CRAS no município de Paranaguá.

1.4 JUSTIFICATIVAS DO OBJETIVO

A política da assistência social enquanto integrante das políticas públicas em nosso país é fruto do processo de construções e modificações recentes, é fato que houve avanços na área, mas ainda existem muitos desafios a serem enfrentados para que se efetive uma política que rompa com o estigma da benesse e do conservadorismo. Enquanto profissional da área do serviço social e servidora pública é clara a necessidade do compromisso na construção e na efetivação de uma política que realmente vise atender ao seu público alvo de forma digna oportunizando a ampliação do acesso a seus direitos.

Nesse sentido, tendo como aporte os princípios norteadores do SUAS, estando inserida dentro do espaço sócio ocupacional do CRAS e atrelado ao projeto político profissional do assistente social interagindo cotidianamente frente as questões sociais e suas diversas expressões tendo a mediação como um instrumento em busca da efetivação das políticas sociais, percebemos a necessidade de apresentar a proposta de ampliação da equipe inserindo equipe volante para a execução das atividades de CRAS itinerante para o município de Paranaguá considerando as peculiaridades geográficas, culturais e sociais existentes no município de dando visibilidade social a muitas pessoas que ainda não acessam a essa política em nosso município e sobretudo oportunizando o direito e o acesso à política pública de assistência social para as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou residam em regiões e áreas de difícil acesso e/ ou espalhamento geográfico.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Segundo Zanella (2009, p.97) “é a base teórica que dará sustentação em todas as etapas da investigação”.

2.1 POLITICAS PÚBLICAS E A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

O tema das Políticas Públicas abordado no decorrer do curso foi de suma importância para o aprofundamento da proposta desse projeto estando de encontro ao objetivo da disciplina que trata por mobilizar os atores sociais envolvidos na gestão pública em busca e construção pela defesa dos seus interesses e valores no que se refere ao bem comum.

Impulsionado pela construção da C.F em nosso país, o qual sem duvidas é um marco legal democrático, as demandas da sociedade começaram a ganhar maior expressão, tendo como cunho o direito coletivo. O Estado passa apresentar papel primordial na prestação de serviços de interesse comum cabendo a este o planejamento e formulação em decorrência de sua competência regulatória integral (art. 174, C.F/88.). No entanto, as decisões do Estado não podem ser arbitrárias para a sociedade.

“As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada.” (HÖFLING, 2001, p.2).

Não podemos desconsiderar que as políticas públicas atualmente se estabelecem dentro de um modelo de sociedade capitalista trazendo consigo contradições estabelecidas pelas relações sociais. Dentro dessa conjuntura, Rua (2009, p.20) considera que “as políticas públicas são uma das resultantes da

atividade política e compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos”.

As políticas públicas no Brasil na década 80 se distinguiam pela centralização financeira e decisória na esfera federal, a sociedade civil pouco participava do processo de formulação, implementação e controle social. Com o avanço constitucional houve avanços na democratização das ações decisórias através da descentralização e a participação. No início dos anos 90, já sob o momento da crise fiscal e da escassez de recursos, foram colocadas preocupações sobre questões como eficiência, eficácia e efetividade da ação governamental, bem como com a qualidade da prestação dos serviços públicos. (RUA, 2009 *apud* FARAH, 2009).

Ainda segundo a autora é através das políticas públicas que são distribuídas ou redistribuídas bens e serviços sociais em resposta às demandas da sociedade e, por isso, o direito que as fundamenta é um direito baseado na coletividade e não no aspecto individual, é fato que o processo histórico social resulta em distintos interesses estando este em constante movimento e mudança. A importância deste estudo é despontar que as políticas públicas são importantes para o desenvolvimento das famílias enquanto cidadãs, pois busca atingir o desenvolvimento por oportunizar que um maior número de indivíduos da sociedade possa compartilhar do processo econômico e social. (RUA, 2009).

2.1.1 Política Nacional de Assistência Social – PNAS

A história da assistência social nos remete a uma base concebida dentro de atividades filantrópicas com cunho assistencialista. O Estado não tinha participação ativa dentro dessas ações que ficavam terceirizadas. Através da CF de 1988 se alavanca o marco legal, rumo à construção da PNAS estabelecida atualmente. Outro marco legal é LOAS que surge para regulamentação a assistência social no Brasil é primazia para o papel do Estado.

Assim sendo, em 2004, fruto de um amplo processo de discussão e de debates nas instâncias do controle social, tendo como subsídio as legislações vigentes da área a LOAS e CF é criado a PNAS, tendo como objetivo garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção. Esta perspectiva significaria aportar quem, quantos, quais e onde estão os brasileiros de mandatários de serviços e atenções de assistência. (BRASIL, 2005).

A PNAS, sobretudo traz a assistência social para o campo das políticas públicas e legitima a responsabilidade do Estado frente às ações na busca pela garantia dos direitos humanos e sociais.

Os princípios da PNAS, fundamentados pela LOAS, amparam a reorganização da assistência social e são imprescindíveis para todos os envolvidos na execução dessa Política Pública, assim são princípios da PNAS:

- I. Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II. Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III. Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV. Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V. Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (BRASIL, 2005, p.26).

A partir da criação da PNAS são diretrizes dessa Política Pública:

- I) Participação da população, por meio de organizações representativas;
- II) Descentralização político-administrativa, cabendo à coordenação e as normas gerais formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III) Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência social em cada esfera de governo;
- IV) Centralidade na família para a concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (BRASIL, 2005, p, 26).

Em busca de desenvolver ações que considerem a questão territorial, em busca da universalização do direitos a PNAS tem como objetivos;

- I. Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem.
- II. Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.
- III. Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2005 p. 34).

Sobre o público alvo e os usuários da PNAS nos traz que:

“Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades Estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem Pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes Formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; Inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social” (BRASIL, 2005, p. 34).

Dentro da PNAS se caracterizam dois tipos de proteção social; a básica e a especial sendo que na especial estão previstos níveis de complexidade diferenciados; em média e alta complexidade. Retrataremos de forma sucinta essas proteções a seguir.

Segundo as orientações do MDS a proteção básica tem a finalidade de prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, bem como visa o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, destina-se à população que está em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social, discriminações de gênero, étnicas, por idade, por deficiências. A Proteção Social Básica tem como porta de entrada do Sistema Único da Assistência Social os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. Em suma, cabe ao CRAS papel protetivo de prevenção oportunizando um espaço que instigue o protagonismo e autonomia de seus usuários. (BRASIL, 2005).

Já na Proteção Social Especial, segundo as Orientações Técnicas dispostas pelo MDS para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, esta proteção tem uma maior proximidade com judiciário na busca pela garantia de direito exigindo muitas vezes, uma gestão mais complexa. Ela se divide em dois níveis de

complexidade, sendo que a PSE de média complexidade se destina pessoas e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos neste caso pode ser executado pelo CREAS. Já os serviços de Proteção Social Especial de alta complexidade oferecem atendimento e acolhimento em serviços especializados nas situações de violação de direitos quando os vínculos familiares e/ou comunitários foram rompidos para tanto é necessário espaços de acolhimento institucional tais como; casas lares, casa de passagem, albergue entre outros.

2.1.2 Plano Brasil sem Miséria

De acordo com o que está estabelecido no Plano Brasil Sem Miséria, constituído a partir do decreto 7.492 de 2011, este tem como objetivo elevar as condições de bem-estar da população. Ressalta a importância da busca ativa, ou seja, aproximar o Estado ao cidadão, sem esperar que as pessoas mais pobres cheguem até o poder público, neste sentido a busca ativa se torna uma das principais estratégias para alcançar as famílias que ainda não são atendidas e vivem na invisibilidade social possibilitando a elas, inclusão de forma integral nos mais diversos programas de acordo com as suas necessidades. Ainda, segundo a proposta do Plano Brasil sem Miséria outro aspecto importante é a interface com demais políticas públicas, serviços, programas e projetos tais como; educação, saúde, assistência social, conselhos de direitos, transferência de renda, cadastro único, pronatec, inclusão produtiva, jovem aprendiz, resgate documentação, entre outros.

A assistência social dentro da perspectiva do PBSM além de desempenhar seu papel na proteção social, ainda visa a articulação a intersetorial entendendo a importância do trabalho em rede. Campello na cartilha, o SUAS no Plano Brasil sem Miséria, diz que a presença da assistência social representa papel relevante na busca da efetivação das propostas do PBSM, pois a presença nos territórios que concentram maiores carências atrelada à experiência cotidiana da acolhida, ao conhecimento dos déficits da proteção social, buscando a prática do processamento

das demandas desta e o encaminhamento tanto para os serviços da própria assistência como para as demais políticas sociais são essenciais na ampliação dos direitos e oportunidades sociais. (BRASIL, 2012).

Através de consulta no site sobre os dados do programa PBSM no município de Paranaguá, observamos que a interface entre as políticas da saúde, educação e assistência social têm acontecido através da condicionalidade do Bolsa Família. Na área da saúde, o acompanhamento chega a 84,00 % das famílias com crianças de até 7 anos e/ou com gestantes. Na área da educação, por exemplo, conforme os dados do site, 90,40 % das crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família têm acompanhamento de frequência escolar.

Entretanto, é necessário considerar que a forma da grande maioria das famílias acessarem a assistência social no município de Paranaguá se dá através da procura espontânea e não da busca ativa. Outro aspecto, relevante é que esses índices refletem o acompanhamento da condicionalidade do Programa Bolsa Família, entretanto a política da assistência social considera não apenas a ausência ou precariedade de renda um fator de vulnerabilidade social sendo este muito mais amplo devendo ser compreendido de forma multifatorial.

Ainda sobre vulnerabilidade social, o tema que vem sendo trabalhado ao longo dos anos sendo um conceito complexo considerando as várias dimensões que permeiam as questões sociais. Sendo assim, “constituído por diferentes concepções e dimensões que pode voltar-se para o enfoque econômico, ambiental, de saúde, de direitos, entre tantos outros”. MONTEIRO (2011, p 31).

Dessa forma é importante considerar e refletir sobre a eficiência da oferta e do acesso aos serviços socioassistenciais no município de Paranaguá, pois os dados trazidos revelam uma visão parcial, ou seja, consideram apenas vulnerabilidade de renda, entretanto este conceito é amplo como já vimos. Todavia, fica à indagação, poderiam famílias e indivíduos viverem na invisibilidade social?

Deste modo, a proposta desse projeto técnico vem de encontro à estratégia do Governo Federal trazida através do Plano Brasil sem Miséria, um compromisso público em busca de mais igualdade social.

2.2 SISTEMA ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) teve sua primeira normatização em 2005, pois a partir da aprovação da PNAS o Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS delibera um novo molde de gestão para a assistência social, ainda garantindo a continuidade do SUAS em julho de 2011, a Lei 12.435 é sancionada. O SUAS trouxe importantes marcos legais tais como a Norma Operacional Básica, NOB- SUAS, estas legislações são de suma importância tendo em vista que legitimam, amparam, organizam e regulam em todo território nacional a política da assistência social estabelecendo os serviços socioassistenciais, seus níveis operacionais, a composição de suas equipes técnicas, seus recursos financeiros, entre outros. Assim, são eixos estruturantes do SUAS; o trabalho centralizado na família não apenas em segmentos populacionais, o trabalho social a partir do território considerando aspectos da dinâmica social territorial, financiamento para a execução da PNAS, participação do controle social, política de recursos humanos, sistema de avaliação constante e descentralização político administrativa.

Contribuindo o MDS em Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS nos traz que:

“Importante destacar que o SUAS combinou avanços institucionais e rearranjos na organização dos serviços e da gestão. Esses últimos revelam insuficiências de investimentos compartilhados; manutenção de vínculos precarizados, a exemplo de contratos temporários e dos pregões eletrônicos; ausência ou insuficiência de concursos públicos; definição de equipes sem perfil adequado, baixos e imorais salários; ampliação de demandas inerentes às equipes técnicas do sistema de justiça, segurança pública, saúde e educação; demandas territoriais ampliadas pela ausência de planejamento, gerando super exploração, desgaste emocional e mesmo danos de saúde mental; práticas gerenciais burocráticas e “produtivistas”, descaracterizando os objetivos dos serviços; ausência de registros, avaliações participativas; instalação de equipamentos sem acessibilidade e condições materiais de funcionamento; entre outros aspectos”. (BRASIL, 2011, p.15).

Entretanto, efetivar a assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, mesmo após 10 anos de sua implantação, traz consigo desafios, sobretudo em romper com parâmetros assistencialistas, neste aspecto é necessário (re) pensar nos conceitos, sistemas de organização e de gerenciamento desta política e compromisso, sobretudo ético político e profissional.

2.3 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Segundo caderno de Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS desenvolvido pelo MDS em 2009, o CRAS atua dentro da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social é uma unidade pública e opera de forma descentralizada nas áreas de risco e vulnerabilidade social. Devido sua capilaridade nos territórios o CRAS é considerado a porta de entrada para o SUAS, pois, é através deste que muitos usuários acessam a esta política pública. Dentre seus objetivos estão à prevenção das situações de vulnerabilidade e risco social por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, bem como, do desenvolvimento de potencialidades, autonomia, protagonismo e aquisições de seus membros sempre tendo como referência a matricialidade sociofamiliar e a territorialização.

O CRAS desempenha importante papel em seu território de atuação realizando o trabalho junto às famílias, através do Programa de Atendimento Integral as Famílias – PAIF, este ofertado exclusivamente por este equipamento e de responsabilidade estatal, outra característica é a da gestão territorial da rede socioassistencial local e a articulação intersetorial o que fortalece o princípio da descentralização (BRASIL, 2009).

Através do PAIF os usuários acessam aos serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais que podem ser criados tanto pelas instâncias; federal, estadual e municipal. Portanto, no CRAS são realizadas atividades tais como; acolhida, orientações sociais, entrevistas sociais, escuta qualificada, visitas domiciliares, encaminhamentos, atividades educativas voltadas à comunidade ou à família, seus membros e indivíduos, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, este com caráter continuado podendo ser executada com grupos geracionais ou intergeracionais, prestação de benefícios eventuais, Benefício de Prestação Continuada ao idoso e a pessoa com deficiência, passe livre intermunicipal e interestadual, resgate de documentação, entre outros.

Para funcionamento dos CRAS é previsto, segundo orientações da NOBSUAS-RH, há necessidade de uma equipe mínima para atendimento, “a qual é

constituída por profissionais concursados e responsáveis pela gestão territorial da proteção básica, pela organização dos serviços ofertados no CRAS e pela oferta do PAIF”. (BRASIL, 2009, p.60).

Referente à composição das equipes no CRAS, conforme o tamanho ou porte dos municípios os equipamentos devem conter uma equipe mínima por CRAS para realizar o trabalho previsto. No caso de Paranaguá o município é considerado, dentro dos parâmetros do MDS, como município de médio/ grande porte, sendo assim a equipe mínima prevista neste caso é de; 4 técnicos de nível superior , sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS, 4 técnicos de nível médio, 1 coordenador com nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais. As equipes de referência dentro dos equipamentos são de suma importância para o desenvolvimento do trabalho conforme preconizado pela PNAS.

Também há previsão nas orientações técnicas para os CRAS de espaço físico adequado para que possam ser desenvolvidas as atividades devidas, sobretudo este local deve ser uma referência para as famílias não pode ser compartilhado, nem funcionar em associações ou semelhantes, de acordo com a política da assistência cabe ao estado esta responsabilidade.

Segundo orientações do MDS os ambientes do CRAS devem ser capazes de acolher mostrando e construindo uma identidade que reflita o seu caráter público na orientação e busca pela concretização de direitos. Assim, no espaço físico do CRAS deve considerar a diversidade social do público que frequenta o local e apresentar acessibilidade adequada, de modo a respeitar as especificidades de todos os membros das famílias desde crianças pequenas, público adolescentes e jovens assim como idosos, pessoas com deficiências, para que nenhum usuário do CRAS sinta-se excluído ao serviço, prevalecendo o princípio da acolhida. Também é previsto para espaços físicos, do CRAS, os recursos materiais devendo estes ser ajustados para cada um dos ambientes e atividades a serem desenvolvidas pelos equipamentos. (BRASIL, 2009).

3 DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

Conforme Dagnino (2012, p.97 e 104) “o diagnóstico de uma situação é a base para a definição das ações em um plano estratégico ainda busca explicar a realidade sobre a qual se quer atuar e ou propor mudanças”.

3.1 DESCRIÇÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO

Paranaguá é o mais antigo município do Estado, é uma cidade portuária, possui uma área de 826,674km e uma população com mais acima de 130 mil, habitantes conforme dados estatísticos do ultimo censo demográfico ainda apresenta peculiaridades geográficas tais como; ilhas, comunidades indígenas, ribeirinhas e rurais fatores de importante análise ao pensarmos e/ ou repensarmos no referenciamento territorial para os equipamentos socioassistenciais regidos pelo órgão gestor municipal da assistência social.

A Secretaria Municipal de Assistência Social- SEMAS é o Órgão Gestor da Política Pública de Assistência Social no Município de Paranaguá, tem como responsabilidade a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social desenvolvido neste o âmbito. Vinculado a SEMAS está à coordenação da Proteção Social Básica do município e a este estão ligados atualmente os CRAS e o setor do Programa Bolsa Família do município.

Dentro da perspectiva da PNAS o trabalho da Proteção Social Básica no município de Paranaguá iniciou-se em 2009 com a instalação do primeiro CRAS no município. Assim em julho de 2009 foi inaugurado o CRAS Luiz Carlos da Costa Leite, localizado próximo à região portuária no bairro Porto dos Padres, também é conhecido como CRAS Porto dos Padres. Ainda no mesmo ano e mês, julho de 2009 inaugurou-se o segundo CRAS da cidade, este localizado em região oposta ao primeiro, o CRAS Jesuína Matos da Silva localizado no bairro Conjunto Nilson Neves também chamado CRAS Nilson Neves. Em abril de 2012, foi inaugurado o CRAS Irma Freitas também chamado pela comunidade como CRAS Vila Garcia

localizado próximo a PR 277 saída das praias. Já no início de 2013 foi inaugurado o CRAS Zilda Arns localizado no bairro Serraria do Rocha, portanto também conhecido como CRAS Serraria do Rocha este mais ao centro da cidade.

O QUADRO 1 ilustra a área de abrangência dos respectivos equipamentos:

| CRAS Porto dos Padres | CRAS Nilson Neves | CRAS Vila Garcia | CRAS Serraria do Rocha |
|-----------------------|---------------------|---------------------|------------------------|
| Aeroporto | Alvorada | Colônia Alexandra | Alto são Sebastiao |
| Asa Branca | Beira Rio | Colônia Floresta | Centro Histórico |
| Bertioga | Bockmann | Colônia Maria Luiza | Costeira |
| CAIC | Campo Grande | Colônia Pereira | Distrito Industrial |
| Comerciários | Casa Populares | Colônia Quintilha | Dom Pedro |
| Cominese | Emboquaçu | Colônia Santa Cruz | Ilha da Cotinga |
| Conjunto Costa sul | Estradinha | Colônia Santa Maria | Ilha das Peças |
| Divineia | Jardim Araçá | Jardim Belém | Ilha Eufrasina |
| Imbucuí | Jardim Figueira | Jardim cometa | Europinha |
| Jardim América | Jardim Iguaçu | Jardim esperança | Ilha Piacaguera |
| Jardim Bela Vista | Laranjeiras | Jardim Jacarandá | Ilha de São Miguel |
| Jardim Guaraituba | Morro da Cocada | Jardim Paraná | Ilha do Amparo |
| Jardim Samambaia | Padre Jackson | Jardim Paranaguá | Ilha do Mel |
| Labra | Palmital | José Baka | Ilha do Teixeira |
| Nilson Neves | Porto dos Padres | Jardim Ouro Fino | Ilha do Valadares |
| Parque Agari | Vila do Povo | Porto Seguro | Jardim Guadalupe |
| Parque São João | Vila Guarani | PR 407 | Jardim santa rosa |
| Santa Rita | Vila Horizonte | Vale do Sol | Leblon |
| Santa Terezinha | Vila Marinho | Vila A. Salmão | Oceania |
| Santo Dummont | Vila nova Primavera | Vila Garcia | Ponta do Uba |
| São Vicente | Vila Paranaguá | | Ponta do Caju |
| Vila Comerciários | Vila Santa Helena | | Rocio |
| Vila Paraíso | Vila são Carlos | | Serraria do Rocha |
| Vila Itiberê | | | Tuiti |
| Vila Literário | | | Vila Alboit |
| Vila santa Maria | | | Vila Becker |
| Vila são Jorge | | | Vila Cruzeiro |
| Jardim Ype | | | Vila da Madeira |
| Jardim Yamaguchi | | | Vila Portuária |
| | | | Vila Ruth |
| | | | 29 de Julho |
| | | | Rio Branco |
| | | | Joao Gualberto |

QUADRO1- BAIRROS/ ABRANGENCIA DOS CRAS EM PARANAGUÁ.

FONTE: AUTORA, 2016.

A cada equipamento, CRAS, são agregados territórios para seu atendimento os quais devem ser definidos com o devido planejamento. Segundo orientações do MDS o território é demarcado a partir dos locais de residência das famílias referenciadas aos equipamentos e é importante considerar que os territórios têm

histórias e características diferenciadas assim, o planejamento da(s) área(s) de cobertura dos CRAS, pelo gestor municipal, é de extrema importância.

Os quatro equipamentos compõem a rede básica de proteção social no município. Sendo assim, a proposta deste projeto técnico será desenvolvida através da Coordenação da PSB tendo em vista os objetivos desta dentro da esfera municipal que visam estruturar o desenvolvimento de serviços, programas, projetos e benefícios relacionados à Proteção Básica dentro o SUAS devendo ser executado através dos CRAS. Observamos que alguns equipamentos não apresentam a demanda e/ou público alvo referido na presente proposta sendo assim estariam sendo contemplados com equipe volante os CRAS; Vila Garcia, devido grande extensão territorial e atender as comunidades rurais, chamadas de colônia no município e Serraria do Rocha devido também apresentar espalhamento geográfico, pois seu território atende todas as comunidades insulares do município de Paranaguá.

3.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

A sociedade atual e suas relações se estabelecem dentro de um contexto capitalista onde as mais diversas contradições se constituem é frente às expressões e questões sociais que o profissional de serviço social interage no processo de mediação no espaço sociocupacional. Assim, a metodologia utilizada para subsidiar a coleta de dados bem como a construção do projeto de intervenção proposto é de natureza qualitativa, através de revisão bibliográfica, análise documental, associada à vivência profissional, observação e mediação. Portanto, a partir de tais elementos e da leitura crítica no contexto diário dentro do CRAS conseguimos notar algumas situações problemas, as quais são opostas aos objetivos estabelecidos pelas normativas do SUAS .

Sendo assim, como técnica de referência atuando no CRAS Irma Feitas – Vila Garcia, observamos que atrelados à área de abrangência deste equipamento inserem-se comunidades urbanas e rurais, a partir daí algumas inquietações

surgiram ao pensar em como executar os serviços previstos pela NOB/SUAS dentro de uma área de abrangência tão grande considerando sua dispersão e o espalhamento geográfico, sobretudo com a dificuldade de deslocamento tanto das famílias para o equipamento considerando a distância, pois há bairros com mais de 30 km de distância, bem como da equipe até as famílias tendo em vista a demanda das áreas urbanas atreladas a este equipamento. Outra questão pertinente observada é a diversidade entre os territórios deste equipamento ao se tratar de área urbana e rural, pois suas vivências cotidianas são diferentes assim como suas vulnerabilidades sociais.

Portanto, tendo em vista a realidade geográfica de Paranaguá começamos a refletir em como estariam sendo atendidas as comunidades insulares do município, de modo que através de observação percebemos que o CRAS Zilda Arns localizado no bairro Serraria, agregou a seu território de abrangência além dos bairros urbanos de seu entorno todas as comunidades insulares do município e notamos ainda que na área de abrangência deste equipamento existe uma dispersão ainda maior de famílias, também é observado o espalhamento geográfico, ou seja, há também dificuldade de deslocamento, tanto das famílias para o equipamento CRAS considerando que o equipamento fica bastante afastado do ponto de desembarque dos ilhéus e que estes necessitariam ainda de uso de ônibus, bem como da equipe até as famílias, pois não há transporte adequado como barco para deslocamento até as ilhas. Outra questão importante é que o município já foi contemplado pelo MDS com uma lancha para o deslocamento, mas por falta de recursos humanos, planejamento, cronograma próprio e até financeiros o trabalho fica prejudicado. Observamos ainda, junto ao CRAS Serraria, a questão da diversidade cultural em seu território, sobretudo no modo de viver dentro das comunidades, considerando a existência de comunidades indígenas, comunidades pesqueiras, ilhas mais isoladas e outras que tem forte influência turística o que requer um olhar mais específico.

Nos demais equipamentos sendo eles; o CRAS Porto dos Padres e o CRAS Nilson Neves, não foram observados tais situações, pois seus territórios abrangem os bairros localizados no seu entorno e de característica apenas urbana o que gera demandas e intervenções diferentes as de comunidades rurais, tradicionais e insulares.

O SUAS trouxe uma nova perspectiva de atuação para todos os atores sociais, sendo eles, trabalhadores, gestores, conselheiros e usuários, na busca pela efetivação da PNAS, todavia como já falado anteriormente pensar nisso é um desafio, é abrir mão de determinado conservadorismo, é romper paradigmas, é dar qualidade aos serviços, que já não podem mais ser tratados dentro do senso comum. Cabe, portanto a gestão pública responsável pela oferta dos serviços da área, buscar estratégias na garantia de direitos e minimização dos riscos sociais prevenindo danos futuros, os quais podem se refletir em diversas questões sociais tais como; violência, violação de direitos, rompimento dos vínculos familiares, êxodo rural e/ ou isolamento social, desemprego, ausência de moradia, entre outros.

A importância em desenvolver um trabalho social, sobretudo visa o respeito ao modo de viver e de vida, ao despertar o sentimento de pertença bem como a garantia de seus direitos. Pois, na perspectiva da PSB dentro do SUAS, os serviços devem estar presentes e ser acessíveis a todos os territórios e pessoas que se encontram em situações de risco ou vulnerabilidade social sendo ela compreendida de maneira ampla. Assim, quando em situações de espalhamento e dispersão geográfica pode realizar o deslocamento de equipe própria, caracterizando, desta forma, a busca ativa através de equipe volante em atividade de CRAS Itinerante.

Segundo orientações dispostas no site do MDS sobre a busca ativa esta reflete um dos grandes desafios do Plano Brasil Sem Miséria, pois visa alcançar a população considerada invisível, aquela que não acessa serviços públicos e vive fora de qualquer rede de proteção social. Os motivos dessa invisibilidade podem ser vários: ausência de documentação civil, migrações constantes, situações de risco, pertencimento a populações tradicionais que habitam áreas isoladas ou distantes, pertencimento a segmentos socialmente excluídos e desconhecimento de seus direitos, entre outros.

4 PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

Subsidiados pelo que adquirimos de conhecimento durante o curso no módulo de Planejamento Estratégico Governamental no qual Dagnino (2012, p. 138) nos traz que “planejar implica identificar e disponibilizar os meios necessários para ação, os recursos necessários, poder político, conhecimento, capacidades organizativas, equipamentos e tecnologia e também, mas nem sempre, recursos econômico-financeiros”. Desenvolvemos a presente proposta técnica para situação problema.

4.1 PROPOSTA TÉCNICA

Em busca de alternativas possíveis a este problema observado idealizamos a proposta de inserção de equipes volantes para que esta realize as atividades de CRAS Itinerante no município de Paranaguá, Paraná.

O projeto tem como objetivo realizar adesão ao programa do governo Federal o qual prevê a possibilidade na criação e organização destes serviços atendendo as especificidades locais e/ou regionais e para as quais ainda disponibiliza recursos financeiros.

É relevante colocar que o presente projeto está apoiado pelo Plano Brasil Sem Miséria o qual refere como estratégia primordial a busca ativa das famílias para inclusão social, amparado pelas normativas vigentes da PNAS, bem como, pela portaria nº 303 de novembro de 2011, a qual amplia cofinanciamento para criação de serviços que necessitem de equipes volantes ainda prevê suporte financeiro através do repasse do Piso Básico Variável para esta modalidade pactuando critérios, prazos e procedimentos para expansões qualificadas no âmbito de ações do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). A portaria ainda faz menção, as atribuições dos profissionais de referência, em localizar as famílias que se

encontram fora das políticas sociais e incluí-las no sistema de proteção social, de modo a auxiliar na superação da exclusão social tendo como referência o direito, portanto as Equipes Volantes devem priorizar e ampliar o acesso da população em situação de extrema pobreza aos serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica, através do deslocamento no território de abrangência do CRAS a que se vinculam, quando se tratar de áreas com peculiaridades sócio territoriais específicas. (BRASIL, 2011).

Para tanto, as equipes volantes conforme normativas legais integrariam as equipes de referência dos CRAS mencionados, entretanto o público alvo e a área de atuação se diferenciaria ao considerar a especificidade a que se destina a inserção de tais profissionais nos equipamentos.

O MDS disponibiliza orientações para que os municípios realizem a adesão ao serviço e obtenham a aprovação junto ao CMAS sobre a inserção de equipe volante para que possam desenvolver as atividades de CRAS itinerante. Conforme, o MDS os municípios podem constituir Equipe Volante quando já tenham implantado pelo menos um CRAS e cujo território seja extenso, em especial com presença de comunidades rurais ou tradicionais e que podem ter como características a alta dispersão populacional, presença de comunidades isoladas e, ou de difícil acesso, com prioridade para aquelas em situação de extrema pobreza e que precisam ser alcançadas pelos serviços socioassistenciais de proteção básica, assim, é responsabilidade da Equipe Volante ofertar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias, podendo também ofertar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Serviço no Domicílio. Se for necessário, pode realizar ações como apoio ao Cadastro Único.

Dessa maneira consideramos a presente proposta uma estratégia possível a ser executada no município de Paranaguá uma vez que as equipes volantes integrariam as equipes nos CRAS que apresentem a demanda referida.

4.1.1 Plano de Implantação

Na operacionalização para implantação desta proposta técnica é importante prever os recursos necessários para garantir as condições de seu devido funcionamento, portanto elencamos algumas etapas e a seguir os recursos necessários previstos:

- ✓ Elaborar diagnóstico socioterritorial, partindo do pressuposto que a territorialidade é um dos capilares desta política pública apresentando a demanda e a necessidade de equipes volantes aos equipamentos referidos, poderemos utilizar os dados estáticos já coletados nos CRAS e construir mapas de georeferenciamento, sendo esta ação responsabilidade da autora da proposta, previsão para março 2016;

- ✓ Apresentação da proposta do projeto técnico à gestão da PSB, através reunião com Diretora da PSB e gestora da assistência social do municipal, sendo a ação de responsabilidade da autora do projeto técnico previsão para abril de 2016. Esta etapa é de suma importância, pois é preciso o envolvimento, sobretudo da municipal da PSB, assim falar sobre a situação problema identificada, apresentar a proposta técnica e os caminhos possíveis para sua efetivação são estratégias para desenvolver as etapas seguintes;

- ✓ Preenchimento do termo de aceite disponibilizado pelo MDS para adesão ao serviço de equipe Volante, através do acesso ao site MDS onde termo de aceite é disponibilizado e contem as orientações técnicas, sendo esta ação é responsabilidade do Órgão gestor, sendo a atividade prevista para maio 2016.

- ✓ Apresentar a proposta e adesão junto ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS para deliberação do mesmo, sendo responsabilidade do órgão gestor que poderá contar com suporte técnico, atividade prevista para junho de 2016.

- ✓ Constituir equipe técnica de referência, através de concurso público para tanto teremos as orientações técnicas disponíveis sobre perfil e estrutura de equipe conforme já mencionado anteriormente, sendo esta etapa responsabilidade do órgão gestor, a atividade está prevista para segundo semestre de 2016.

- ✓ Construir plano de ação das ações destinadas ao público alvo, através de reuniões, estudo de material didático, planejamento, cronogramas entre outros esta etapa irá requerer devida atenção e envolvimento dos profissionais, sendo esta atividade de responsabilidade conjunta do coordenador do CRAS em que as equipes irão atuar e equipe técnica volante de referência, esta atividade deve ser contínua e também segue orientações técnicas disponibilizadas pelo MDS.

- ✓ Gestão do recurso financeiro destinado pelo MDS ao trabalho itinerante das equipes volantes, através da aplicação do recurso, acompanhamento e prestação de contas, responsabilidade órgão gestor, atividade contínua.

Diante do exposto fica claro que o trabalho requer devida flexibilidade e constante reavaliação a partir do plano de ação dos serviços a serem executados pela equipe volante.

4.1.2 Recursos

Para viabilizar a presente proposta técnica no município de Paranaguá são necessários os seguintes recursos;

- ✓ Recursos humanos: Conforme a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, 2009 e a portaria 303 de novembro de 2011 a Equipe Volante consiste em uma equipe adicional que integra um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em funcionamento com objetivo de prestar serviços no território de abrangência do referido CRAS através da busca ativa. Esta equipe deve ser composta por 02 (dois) técnicos de nível superior (sendo 1 assistente social e 1 psicólogo) e 02 (dois) técnicos de nível médio (educadores sociais). O CRAS, portanto passa a contar com uma equipe maior, visto que a equipe volante se adiciona à equipe de referência prevista na NOB-SUAS ampliando sua capacidade de executar os serviços previstos, considerando a especificidade territorial, que exige que os serviços sejam deslocados até a população que deles necessitam. A contratação dos profissionais é responsabilidade da gestão pública municipal,

entretanto ressaltamos que conforme preconiza o SUAS este devem ser efetivos e contratados via concurso público atendendo as normativas legais. (MDS, 2009)

✓ Recursos Financeiros: Para a adesão e a estratégia de equipe volante o MDS financia as ações. Sendo o valor de referência R\$ 4.500,00/mês/CRAS este específico para adesão quando há ampliação de equipe. É importante sinalizar que o CRAS é financiado pelos recursos do Piso Básico Fixo Portaria nº. 442/05 cujo valor é de R\$ 9.000,00/CRAS e outros variáveis tais como IGD do Bolsa Família, SCFV, BPC na escola é através dos Pisos de Proteção que são repassados os recursos aos municípios de acordo com seu nível de gestão, portanto a medida que os serviços são executados e a gestão de posse dos dados realiza o informe ao MDS recebe os Pisos Variáveis.

✓ Recursos Físicos: O espaço físico para planejamento das ações, reuniões da equipe técnica, encaminhamentos entre outros é o espaço já constituído do CRAS de referência ao qual a equipe irá se agregar sendo o CRAS a base para as ações. Os materiais necessários deverão ser previstos no plano de ação anual das ações a serem propostas. O transporte para áreas rurais inicialmente utilizaremos o transporte já existente onde através de cronograma, mas os recursos do IGD disponibilizados podem ser utilizados para a aquisição de veículo justificados pela necessidade da busca ativa destas famílias. Em 2009 o município foi contemplado pelo MDS com uma lancha devido seu caráter de insular assim os recursos financeiros oriundos para equipe volante poderá subsidiar a manutenção com devido planejamento.

4.1.3 Resultados Esperados

Através do presente proposta acreditamos em curto prazo otimizar alguns recursos já existentes no município tais como lancha, a estrutura física do CRAS, ampliar as equipes técnicas, ofertar através da busca ativa a assistência social e tornar esta acessível ao maior número possível de pessoas respeitando suas peculiaridades conforme preconiza o SUAS. Esperamos a médio e longo prazo gerar impacto positivo no município prevenindo as situações de risco e

vulnerabilidade social também é esperado com ampliação das equipes o aumento do serviço qualitativo o que poderá aumentar o IDG do município para captação e ou repasse de recursos.

4.1.4 Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo corretivas

Ao apresentar o projeto técnico para a gestão da assistência social corremos o risco de não haver interesse em sistematizá-lo, entretanto estratégias como sensibilização para a questão social envolvida, bem como, embasamento sobre a otimização e captação dos recursos financeiros inerentes a este projeto poderão ser atrativos nesta fase.

Ainda segundo orientações disponíveis no site MDS a atuação da equipe volante na atividade de CRAS itinerante poderá enfrentar dificuldade de acesso e/ou isolamento, portanto é provável que essa equipe se depare com diferentes demandas trazidas pela população as quais por sua vez podem ultrapassar a possibilidade de intervenção, como nos casos de violência, violação de direitos ou necessidade de acesso a outras políticas públicas. Para tanto a orientação disponível pelo MDS nesses casos, é que essa equipe deverá retornar ao CRAS base aos qual estarão vinculados para que nos momentos previstos para avaliação e planejamento realize, junto ao coordenador do CRAS, os encaminhamento e articulações necessários com a rede presente na área de abrangência do CRAS. Quando não for possível realizar os encaminhamentos, seja por inexistência de rede no território do CRAS ou qualquer outra dificuldade, o coordenador do CRAS, deverá reportar as demandas e situações identificadas ao gestor de assistência social do município para efetivação dos direitos dessa população.

5 CONCLUSÃO

A assistência social enquanto política pública tem como foco principal o trabalho com a família e a proteção social. Dentro desta concepção nos tornamos todos os atores sociais na busca, construção e consolidação de uma política que seja garantidora dos direitos.

Sendo assim, no presente trabalho buscamos tratar a Política Nacional de Assistência Social de forma breve trazendo seu histórico e suas normativas legais quais amparam o funcionamento da assistência social na atual conjuntura. Sobretudo com referência a implantação de equipe volante para modalidade de CRAS Itinerante no município de Paranaguá. Pois concebemos que o município possui características peculiares e inerentes, tais como; comunidades rurais, indígenas e insulares sendo territórios de espalhamento populacional e baixa densidade demográfica quais justificam esta estratégia técnico-operativa em busca da consolidação do Sistema Único de Assistência Social.

Portanto, conhecer e reconhecer a demanda referida, considerando a territorialidade como um dos eixos estruturantes do Sistema Único de Assistência, é de suma importância para que se efetive uma política de acesso e não de exclusão. Assim, esperamos que o maior número possível de famílias que necessitem desta política pública no município de Paranaguá, tenham suas histórias de vida, seu modo de viver, suas vivências e seus territórios respeitados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de serviços Socioassistenciais** (Resolução n.109, de 11 de novembro de 2009). Brasília, MDS: 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social**: Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília: Senado Federal, 1993.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do Trabalho no Âmbito do SUAS: Uma contribuição Necessária**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos: NOB/RH**. Brasília. Dez. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O SUAS no Plano Brasil sem Miséria. Cartilha**. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social**. Brasília, DF: 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre PAIF. Trabalho Social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família**- Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília: 2009.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília: DF, 2005.

BRASIL. Presidência da República Portaria 303 de novembro de 2011. **Equipes Volantes**. Brasília. 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 12.345 de 06 de 2011 que altera a LOAS introduzindo o SUAS**. Brasília. 2011.

BRASIL. **Plano Brasil sem miséria e a Busca Ativa**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/busca-ativa.MDS>. Acesso em 19/12/2015.

BRASIL. **Plano Brasil sem Miséria**. Disponível em: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/municipios.MDS>. Acesso em 19/12/2015.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS_2004.pdf.MDS. Acesso em 20/12/2015.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e Assistência Social na Sociedade Brasileira: Uma Equação Possível?** 2.ed – São Paulo: Cortez, 2006.

DAGNINO, R.P. **Planejamento Estratégico Governamental**. 2ª. Ed. Florianópolis: UFSC. 2012.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada**- Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

HÖFLING. Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

MONTEIRO. Simone Rocha da Rocha Pires. **O Marco Conceitual da Vulnerabilidade Social**. Sociedade em Debate, Pelotas, 2011.

RUA, M. das G.. **Políticas Públicas**. Florianópolis: UFSC, 2009.

SPOSATI, A.. **O Primeiro Ano do Sistema Único de Assistência Social**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n.87, 2006.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração.**
Florianópolis: UFSC, 2009